

RIO DA PRATA DE CAMPO GRANDE: A RESISTÊNCIA DO SERTÃO CARIOCA E A PERMANÊNCIA DO RURAL NO URBANO

*Debora Rodrigues Barbosa¹
Karina Miranda da Silva Ramos²*

Resumo: No passado, a Zona Oeste do Rio de Janeiro era conhecida como Sertão Carioca, por causa de suas atividades voltadas à agropecuária, diferentes do núcleo urbano, no Centro da capital colonial. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a permanência do meio rural sob o meio urbano. Dentro desse contexto, foi analisado o desenvolvimento urbano na Zona Oeste e a permanência de produtores agrícolas no Rio da Prata de Campo Grande. Foram feitos estudos de campo e questionários com agricultores, que mostraram suas experiências e práticas vividas neste local.

Palavras-Chave: Lugar; Rural; Urbano; Produtores; Rio da Prata.

Abstract: In the past, the West Zone of Rio de Janeiro was known as Sertão Carioca, because of their activities related to agriculture, different from the urban core, the center of the colonial capital. This research aims to analyze the permanence of rural areas in the urban environment. Within this context, we analyzed the urban development in the West Zone and the permanence of agricultural producers in the River Plate from Campo Grande. Field studies and questionnaires with farmers who showed their lived experiences and practices at this site were made.

Keywords: City; Rural; Urban; Producers; Rio da Prata.

Introdução

A mudança do campo para a cidade vem acontecendo em ampla parte do planeta ao longo dos últimos anos e no Brasil essa realidade não é diferente.

Até a primeira metade do século passado, o país tinha um perfil essencialmente agrícola e a partir de então, passou por transformações em sua paisagem, intensificando o processo de industrialização, sobretudo na Região Sudeste, que ainda se encontra em crescente desenvolvimento urbano.

¹ Mestre em Geografia, saúde e meio-ambiente pela IPGG/UFRJ; Professora das FIC/FEUC.

² Graduada em Geografia nas Faculdades Integradas Campograndense (FIC). karinamsr@yahoo.com.br

No Rio de Janeiro, o Plano Diretor informa que o município é totalmente urbano, embora esse recorte político ainda possua importantes trechos do rural, sobretudo no sopé dos Maciços do Mendanha e, Pedra Branca e o nicho do Rio da Prata de Campo Grande, na Zona Oeste. O sub-bairro do Rio da Prata possui importantes atividades agrícolas (como a produção de bananas, caquis, aipins e hortaliças) e essa prática apresenta relevância sócio-econômica, para a manutenção de famílias de agricultores, que lutam para manter suas territorialidades e modos de vida específicos.

Prado, Mattos e Fernandez (2012) relataram que a atividade agrícola é hoje relegada a um papel pequeno, embora a região tenha sido polo de abastecimento agrícola da capital.

A manutenção da atividade agrícola na cidade do Rio de Janeiro é um elemento estratégico para a redução dos preços de mercadorias como verduras, frutas e legumes, uma vez que percorrer menores distâncias (entre os bairros), auxilia na diminuição dos custos com transporte. Oferecer uma alternativa de produção de alimentos na Zona Oeste, área que concentra grande parte da população de baixo poder aquisitivo no município, é fundamental. Dentro deste contexto, é importante identificar os problemas da redução da produção rural dos sítios no Rio da Prata de Campo Grande, no sentido de buscar soluções e integrá-la às outras atividades produtivas da cidade.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de redução das atividades rurais no Rio da Prata de Campo Grande. Identificando os fatores que contribuem para esse movimento.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido em três etapas: a primeira foi a elaboração dos conceitos teóricos, a segunda observação do local e a terceira um trabalho de campo, entrevistando os produtores locais.

Em um primeiro momento, buscou-se o entendimento teórico dos conceitos de meio urbano e rural. Sendo lembradas algumas concepções do conceito de lugar, a definição do meio e as etapas da modernidade na agricultura. Dentro deste contexto, autores como Carlos (2007), Carneiro (2003), Chies (2011), Silva (1999) e Leite (1998) foram relevantes.

Na segunda etapa, realizou-se a observação do local que melhor iria se adequar ao conceito de rural sob o urbano, nos meses de fevereiro e março de 2014. O bairro escolhido foi o Rio da Prata, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por ser um lugar que passou por um processo de urbanização, ainda é vista a permanência de produtores que investem em plantações de hortaliças, frutas (caqui, banana, abacate, laranja) e as plantas ornamentais.

Na terceira etapa, efetuaram-se trabalhos de campo na área estudada entre os meses de maio e junho de 2014, quando foram aplicados questionários, no sentido de identificar os produtores locais, seus problemas e expectativas.

I Conceituação teórica

I.1 O conceito Lugar

A discussão pelo conceito de lugar vem sendo abordada de diferentes maneiras ao longo do tempo. A começar pela época de que Aristóteles, indicando que o lugar seria o limite que circunda o corpo. Séculos após, Descartes, em sua obra *Princípios Filosóficos*, aprimorou o conceito introduzido por Aristóteles, e afirmou que, além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outro corpo (Ribeiro, 1996).

No início da década de 1970, a Geografia Humanística começou a ganhar força e passou a consolidar a relação de afetividade entre o indivíduo e o ambiente em que se vive. Para aqueles que seguiam essa corrente, o conceito de lugar é o principal produto para a experiência humana. De acordo com Relph (1979, *apud* Leite 1998) “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (p.10).

Segundo Tuan (1983), o conceito de lugar está associado ao espaço, pelo qual são demarcados com seus habitantes, sendo abordado como centro de significados, que são construídos por experiências vividas de acordo com a realidade, pela qual é provida de sentimentos e pensamentos.

O mesmo acontece no bairro carioca de Campo Grande, no sopé do Maciço do Gericinós-Mendanha, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Muitos de seus habitantes têm toda a sua experiência de vida associada a esse lugar. A localidade tem um histórico processo produtivo associado à atividade rural e seus habitantes seguem essa tradição produtiva e resistem à possibilidade de mudança de ramo econômico, sobretudo os idosos. A localidade, permeada de flores, campos verdes, árvores frutíferas, é considerada o lugar de seus habitantes. Seguindo o descrito por Mello (1990), as pessoas sentem-se no seu lugar seguras e protegidas, envolvendo suas sensações emotivas.

Segundo Vissentine (2012), a ideia de lugar também é entendida como elemento de identidade, o espaço pelo qual se vive, trabalha, estuda e se conhece as pessoas. Porém, pressupõe que exista certa vivência local e sua relação fraterna entre homem-lugar.

Quando se pensa na ideia de lugar começa a originar uma história particular de cada indivíduo, pela qual se desenvolve as questões de tradição, cultura, hábitos e costumes, que são construídos ao longo do tempo, e adaptados a este processo.

No campo da Geografia, percebem-se dois eixos epistemológicos, que se dividem da seguinte maneira: Geografia Humanística e a Dialética Marxista, que introduz a relação homem-meio.

A Geografia Humanística, de base fenomenológica, procura compreender ações que ocorrem nos dias atuais, e se fazem presentes no mundo contemporâneo, globalizado, e que destroem a importância do lugar. Com a chegada da globalização, nota-se uma diminuição dos significados dos lugares e a homogeneização da paisagem. Surge a Geografia do deslugar, que significa a perda do sentido de lugar e esta extinção está ligada ao processo de globalização capitalista. O mesmo pode ser observado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, local onde era rural e com a generalização dos meios de globalização, ocorreu a mudança do seu espaço geográfico e o tecido urbano ampliou-se a gerar uma interligação no centro urbano.

Por sua vez, a corrente da Geografia Radical ou Dialética Marxista, que tem como base os apontamentos de Karl Max, compreende o lugar como uma perspectiva regional sobre o Global. Pela qual está associada ao social, econômico, tendo como relação o espaço, tempo e o ambiente. Fazendo interpretações do pensamento de Marx, pode-se dizer que o conceito de lugar está ligado à acumulação de capital, com relação ao espaço temporal, social e a valorização universal, pelo qual se obtém estratégias políticas econômicas e globais. Esse conceito pode ser observado através de meio de produção, divisão do trabalho, que são adaptados ao espaço, pelo qual está diretamente ligada a economia.

Nas Ciências Humanas e na Geografia, em particular, o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje, de forma mais acelerada do que em outros momentos da história (Carlos, 2007).

Para Santos (1978), a globalização diferencia os lugares da escala mundial. As empresas buscam seus lugares para fazer suas instalações, tornando-se o lugar mais rentável, reorganizando o espaço, dando uma nova característica ao local. No Brasil, procuram se instalar em locais, que tenham impostos mais baixos, e grandes terrenos, além de ter livre acesso de mercadoria ao país. Após essa instalação são distribuídos portoda a cidade. Como é o caso de empresa do Mc Donald's, Coca Cola, entre outras.

Com a chegada do período de globalização, foram ocorrendo diversas mudanças locais, acarretando a alteração de sua natureza e de seus meios econômicos. O conceito de lugar pode

ser considerado como algo que não é fixo, permanente e limitável, pois se altera com a dinâmica do espaço e de acordo com a necessidade proposta pelo meio.

O conceito de lugar adquiriu novas concepções, provindas desses avanços tecnológicos a partir dos quais se originou o processo de globalização. Para Ferreira (2000), existem duas novas visões: centrada com o ponto de vista subjetivo, internidade, que passa a ser a descoberta do lugar. E a descentrada, com o ponto de vista objetivo, ligado à externidade, deixando de ver o lugar como contexto, mas sim como locação. Para compreender o lugar, é necessário entender tanto a realidade objetiva quanto à subjetiva.

A compreensão de lugar está ligada aos meios políticos, econômicos e as relações de vivência, que vão dando características ao meio em que se vive. Portanto, origina-se de modificações internas e externas ao local, dando espaço ao global, e a uma nova relação espacial no mundo em que esta em constantes mudanças.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 2007).

I.2 Definição de Rural e Urbano

As transformações recentes do mundo rural e da relação rural-urbano têm desafiado estudiosos a construir teorias e conceitos para explicar essa nova realidade. O conceito de rural não pode ser compreendido como algo que venha a ser separado do espaço urbano, pois ambos estão entrelaçados.

De acordo com o IBGE (2001), o conceito de urbano é toda sede de município (cidade) e distrito (vila), sendo área urbanizada provindas de construções, arruamentos, ocupações humanas, ou áreas que sofreram constantes transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, que passou por um processo de expansão urbana. Esse processo pode ser observado na expansão ocorrida no Centro da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, período marcado por intensas transformações, que influenciava no embelezamento e na chegada da urbanização ao local.

Considerando uma área externa ao perímetro urbano, abrangendo inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os aglomerados rurais isolados - povoados, os aglomerados rurais isolados - os núcleos os aglomerados rurais isolados - outros aglomerados

e zona rural inclusive aglomerado rural. Esse espaço rural ainda pode ser observado em áreas como Santa Cruz, Sopé do Mendanha, Rio da Prata de Campo Grande e Bangu, que apesar de terem influência forte do urbano, possuem traços do rural.

Segundo Veiga (2002), são observados três critérios para o urbano: o tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e sua localização. O pesquisador ilustra algumas categorias do espaço territorial:

- Essencialmente rurais: é a população regional, pela qual habitam mais de 50% em unidades de base rurais.
- Relativamente rurais: é a população regional, em que habitam entre 15% e 50% em unidades de base rurais.
- Essencialmente urbanizadas: é a população regional em que habitam menos de 15% em unidades de base rurais.

Segundo Gomes e Binzstok(2009), o conceito de rural está ligado à história e cultura. Nos dias atuais, é necessário repensar essas concepções e observar aquelas que estão surgindo, que tipo de relevância faz-se presente nesse espaço em que se ordena, reconstrói e reestrutura o local, que sofre alterações providas do meio tecnológico, fazendo presente no meio urbano.

Graziano da Silva (1999) predestina o fim do rural, a partir do entendimento de que a mecanização, implantação de equipamentos, serviços, tecnologias e infraestrutura social “urbanizam” o campo. Por sua vez, Girardi (2008) acredita que há um rural que se transforma, seja pela melhoria da qualidade de vida da sua população (com trabalho menos penoso, acesso a serviços básicos etc.), seja pela imposição de ritmos produtivos para atender a demanda crescente da população cada vez mais urbanizada ou aumentar a riqueza das empresas e dos *agrobusinessmen* (intensificação da produção, dependência da indústria e sistemas financeiros).

O espaço urbano leva ao rural uma nova organização socioeconômica e socioespacial. Mudando seu modo de produção, seu trabalho, sua população começa a modificar seus hábitos e costumes e muitos deixam o campo e vão para a cidade em busca de melhor qualidade de vida, provocando um esvaziamento nessa área. Esse seria o processo que está passando o nicho rural do Rio da Prata de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Algumas empresas começam a se instalar nesse local, distanciando-se do urbano, enquanto solo de localização.

I.3 Modernização da Agricultura

O processo de modernização da agricultura no Brasil ganhou força a partir da década de 1960, sendo denominado como Revolução Verde. O mesmo tinha como objetivo aumentar a produção agrícola, utilizando novas práticas, sementes, insumos industriais, mecanização e o

uso extensivo de tecnologia no plantio. Esse processo de transformação estendeu-se tanto na agricultura, quanto na pecuária.

As indústrias começaram a fazer o uso desse processo, modernizando suas técnicas e meios de produção e, tendo como resultado, o aumento da produtividade, do lucro, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento tecnológico. Porém, começaram a gerar alterações ao meio ambiente, com o uso inadequado do solo, com um ciclo vicioso de fertilizantes, com a perda da biodiversidade, com a erosão do solo, o que resultou em risco dos recursos naturais que estão disponíveis ao meio ambiente. Esse processo acabou causando uma redução da mão de obra rural, uma vez que houve a substituição dos trabalhadores, pelas máquinas mais produtivas e velozes.

De acordo com Silva (2007), diante das crescentes pressões em termos de demanda, interna e externa, de produtos agrícolas, em decorrência tanto da intensa urbanização que se processava nesse período, quanto da necessidade de uma maior diversificação dos produtos que faziam parte da pauta de exportação, a agricultura, enquanto parte de um projeto de desenvolvimento nacional, que deveria ser liderado pela indústria e que se inicia ainda no início da década de 50, passará por um processo de modernização.

O processo de modernização agrícola tornou-se algo bem distante da maioria dos produtores rurais pobres, pois os mesmos não conseguiam fazer o uso de maquinários, nem tão pouco das técnicas, por ser um recurso caro, que requer um investimento muito grande de capital.

Os produtores rurais de renda média/alta começaram a alterar o seu modo de vida e suas formas de se relacionar com a terra, sendo inserido novas técnicas de produção para atender às novas realidades globalizantes, tais como a organização em cooperativas, a fim de dispor sua produção para as empresas industriais.

Ainda assim, existem alguns pequenos produtores que persistem na permanência dessa atividade, com seu processo de produção menor, em que utilizam a mão de obra familiar, que fornecem ao mercado local, para subsistência, ou pequena parte para as industriais. Porém sua sobrevivência existe independente do mercado em que atuam.

A implementação excludente e desigual da política governamental dos governos militares acabou por resultar em um crescente assalariamento da força-de-trabalho rural. Em função tanto do processo de especialização dos principais produtos agrícolas como o café, a banana, a laranja e a cana-de-açúcar, quanto da modernização parcial do processo produtivo destes produtos. Para Silva (2007), da mesma forma em que não houve a expansão total da alteração da base técnica, não houve também a expansão total do trabalho assalariado. Ao

contrário, o que se tem percebido é a expansão no campo, concomitantemente ao trabalho assalariado, de relações não capitalistas de produção, como o trabalho familiar.

Esse tipo de produção, de relações trabalhistas não assalariadas, é baseada na exploração do trabalho familiar, e voltada para o mercado interno, sendo cultivados legumes, verduras, cereais e frutas.

No aspecto social, esses agricultores de pequeno porte, passam por uma desigualdade social desenfreada. Embora no Brasil existam programas de renda mínima, aposentadoria rural, ainda torna-se algo muito pequeno diante da realidade vivida por eles. Faltam educação, saúde, uma estrutura adequada à vida desse produtor e sua família.

Como nos diz Silva (2007), a permanência da agricultura com base no trabalho familiar no interior de uma lógica dominada pelo modo capitalista de produção, contrariando as expectativas daqueles que apostavam na sua extinção, parece reafirmar o próprio caráter desigual que assume o desenvolvimento de tal modo de produção, o qual na agricultura, em função das características que lhe são próprias, tem se mostrado ainda mais desigual.

II A cidade do Rio de Janeiro e o Rio da Prata de Campo Grande

II.1 O processo de evolução urbana

A atual Baía de Guanabara foi descoberta pelos portugueses em 1º de janeiro de 1502, por ocasião da expedição de 1501 à costa do Brasil. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada por Estácio de Sá em 1º de março de 1565, quando desembarcou num istmo entre o Morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, erguendo uma paliçada defensiva (Abreu, 1997).

O Rio de Janeiro colonial era uma cidade portuária nas margens da baía de Guanabara, espremida entre os morros, ocupando um espaço conquistado através do dessecamento dos brejos e manguezais da região. A partir do século XIX, a cidade passou por diversas transformações, mudando toda a sua estrutura espacial, pela qual vem sendo referência como o espaço de evolução urbana. Segundo Abreu (1997), a cidade era um local que tinha pouco espaço, e se limitava pelos Morros do Castelo, de São Bento, e de Santo Antônio e da Conceição. Era composta em grande maioria por uma população de escravos.

Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, houve a necessidade de atender a essa classe. Nesse período, portanto, as empresas começaram a se instalar na cidade. Portugal passa a ser livre para comercializar. O setor da economia expande, atraindo trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros.

Nessa época ocorreram muitas revoltas e reformas, pelo qual a população não estava de acordo com ideias proposta pelo Estado. A Reforma urbana se intensificou com Francisco Pereira Passos, prefeito entre 1902 e 1906 e esse período passou a ser conhecido como “Bota-abaixo”, uma vez que foram demolidos diversos cortiços. A população de baixo poder aquisitivo, que vivia nesses locais, viram-se obrigadas a deixar os mesmos e seguirem para as encostas da Zona Portuária, ocupando os morros da Providência e Morro da Saúde. Além disso, alguns casarões se transformaram em cortiços reorganizando todo o espaço de urbanização da cidade.

Na Zona Oeste, a extensa faixa de terra, antes povoada por indígenas, teve uma ocupação jesuítica no final do século XVI. Os padres jesuítas se dedicaram à religião, mas também desenvolveram engenhos de açúcar e, aos poucos, investiram na criação de gado bovino. Mas, foi a partir do século XX, com a modernização da capital, o surgimento da luz elétrica, automóveis e dos bondes elétricos é que a cidade começou a ganhar forças e crescer em todas as direções. A Zona Oeste passou a ser o local destinado às atividades agrícolas.

Entre 1760 e 1770, foram plantadas as primeiras mudas de café na Região Sudeste e rapidamente, a região da Zona Oeste começou a ser considerada uma área onde a principal atividade econômica estava interligada à agricultura. Mas, o seu crescimento foi intensificado

com outra prática econômica, a implantação da fábrica de tecidos em Bangu, a Companhia Progresso Industrial do Brasil, em 1889.

Neste período, a região sofreu um rápido e consistente desenvolvimento, sendo uma das principais responsáveis por importantes obras que se iniciaram, tais como: a Estação Ferroviária de Bangu, em 1890 e o ramal ferroviário de Santa Cruz, em 1892. A implantação da ferrovia, em 1878, foi o grande marco para a urbanização e ocupação da região, tornando possível o desenvolvimento do comércio e de novos empreendimentos, pois facilitou o acesso à região, que antes ficava praticamente isolada da zona central devido à grande distância e às barreiras físicas naturais encontradas como os maciços da Pedra Branca e Gericinó-Mendanha.

No caso do bairro de Campo Grande, considerado hoje um dos locais mais populosos do município, a atividade industrial iniciou-se com os engenhos de açúcar. Do final do século XVI até meados do século XVIII, a ocupação territorial da região foi lenta, apesar do intenso trabalho dos jesuítas, encerrado quando foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal, em 1759. Os religiosos foram responsáveis por importantes obras de engenharia como estradas, pontes e inúmeros canais de captação de água para irrigação, drenagem e contenção da planície, sempre sujeita às enchentes dos rios Guandu e Itaguaí (Mansur, 2008).

Em 1946, surgiu a Avenida Brasil, que veio com a função de ligar a Zona Oeste ao restante da cidade. A partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais localizados em Campo Grande e Santa Cruz, sendo instaladas empresas em diferentes setores.

Ainda com relação a Campo Grande, nos anos 40, o bairro passou a ser considerado o Império da laranja, por conta das amplas áreas de plantação da fruta, que se estendia desde o Rio da Prata até a atual Estrada do Cabuçu. Havia a presença de grandes produtores de verduras e frutas, criação de animais, destinados para o consumo local e o abastecimento da cidade.

Por ser uma área totalmente agrícola, sua urbanização ocorreu de forma lenta, começando pelo grande centro, formado em torno da Igreja Nossa Senhora do Desterro. Naquela época, o abastecimento público de água foi possível graças à descoberta de poços locais. A partir da segunda metade do século XIX, a área começou a se adensar com a implantação da já citada Estrada de Ferro D. Pedro II, em Campo Grande, que facilitou o acesso e seu povoamento, transformou esta região tipicamente rural em urbana.

A empresa particular Companhia de Carris Urbanos ganhou a concessão para explorar a linha de bondes à tração animal, possibilitando que as localidades mais distantes da Região fossem alcançadas, o que favoreceu o seu desenvolvimento urbano interno. Segundo Silva e Gamarski (2010), a partir da década de 1960, surgiram os distritos industriais em Campo

Grande e Santa Cruz, instalação de grandes empresas, como a siderúrgica Cosigua-Gerdau, Casa da Moeda, a Michelin e a Vale-Sul, entre outras.

III O entrelaçamento do rural no urbano

De maneira geral, a cidade do Rio de Janeiro cresceu rapidamente, visto o amplo processo de ocupação dos espaços, outrora, na ocupação dos espaços naturais. Sua infraestrutura teve um avanço muito grande e considerável para a população. O tecido urbano começou ganhar força e a prevalecer, dando origem a novos prédios, comércios, shoppings. Com tudo isso, percebe-se o crescimento populacional, o que motiva também o aumento de serviços prestados como o transporte, saúde, educação, saneamento.

O bairro do Rio da Prata é um exemplo das transformações ocorridas e se constata forte interação do rural e do urbano. Outrora, os trabalhadores forneciam produtos para os grandes centros, atualmente distribuem apenas em pequenas feiras ou para consumo próprio. Com o desenvolvimento urbano, as características do local foram se perdendo, e hoje o que se observa é um cenário totalmente diferente de séculos passados.

Essa realidade deve-se ao processo de urbanização, a área rural, outrora valorizada, foi perdendo o seu valor, sua identidade e dando origem a uma nova concepção ao lugar, o que contribuiu para novas características: econômicas, globais, modificando totalmente seu espaço com construções de moradias, lojas.

Somado a esse processo, houve outra situação controversa. A invisibilidade da agricultura no Maciço da Pedra Branca foi reforçada pelo fato de que, em 1974, uma parcela substantiva do território foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca. A partir dessa data, a veiculação de representações e imagens desse espaço como uma floresta intocada se tornou dominante, o que favoreceu o esquecimento da história da ocupação agrícola do maciço e o não reconhecimento da luta dos produtores locais pelo direito de permanecer nesse território, conciliando suas práticas agrícolas com a conservação da natureza.

Nesta região, embora o processo de urbanização esteja influenciando no modo de vida dos produtores agrícola, constatou-se que a maior parte desses trabalhadores permanece neste tipo de atividade, por dois motivos: pela experiência com este tipo de trabalho e pela identificação com o local.

No entorno do Maciço da Pedra Branca, muitos sitiantes têm se mobilizado em busca de reconhecimento da prática agrícola realizada em espaços da cidade e sua inserção no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Dentro desse contexto, compreende-

se o crescimento da atividade de cooperativas agrícolas, como a Agroprata, será que será mais bem explicada adiante.

Nessa pesquisa, foram investigadas a idade, a origem e a escolaridade dos produtores. Entrevistando cerca de 40 agricultores que variam entre 60 e 80 anos e são nascidos no próprio local ou em bairros vizinhos.

Com relação ao estudo, constatou-se que muitos deles começaram a trabalhar muito cedo e seus pais tiveram a obrigação de escolher entre matriculá-los na escola ou colocá-los na lida, para o trabalho. Alguns conseguiram o ensino fundamental I, mas, muitos não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, pois seguiram a herança familiar, que era a continuação do cultivo agrícola como principal fonte de renda. Uma pequena parte recebe a ajuda da aposentadoria, tendo como base de 1 a 3 salários mínimos.

Neste local, as propriedades apresentam o tamanho entre 20.000m² a 120.000 m², onde são produzidas verduras, hortaliças e frutas, que têm como destino o centro comercial da Zona Oeste. O escoamento é feito por recursos próprios e realizam, em sua maioria, uma produção e comercialização independente.

Além dos produtores tradicionais, há um grupo de trabalhadores, agrupados na Associação Agroprata (Associação de Agricultores Orgânicos da Pedra Branca em Rio da Prata), que orienta os produtores na produção sem fazer o uso de insumos agrícolas, como defensivos e fertilizantes químicos, mas sim compostagem e máquinas agrícolas. Esses produtos são vendidos em Circuito de Feiras Orgânicas do Rio de Janeiro.

Uma das dificuldades apontadas pelos produtores é a falta de mão de obra especializada. A atividade vem perdendo importância local porque por não terem pessoas da família para dar continuidade. Os filhos e netos não querem exercer essa função, por considerar uma vida difícil e sacrificada, por isso preferem estudar e exercer outro tipo de profissão, na área urbana.

Ao final do questionário, os agricultores expressaram a sensação das transformações ocorridas no Rio da Prata. Segundo um dos entrevistados, a maior tristeza é olhar como tudo foi destruído: “Eu me sinto muito triste, pois durante muitos anos a produção foi fonte de alegria para os meus familiares, hoje em dia eu vejo aquilo que era fonte de sustento sendo destruído, acabado.”- disse Senhor Arnaldo, de 80 anos. Outros produtores sentem-se desanimados, acreditam que o caminho desta nova produção vai piorar cada vez mais, pois não há a identidade local. Assim, o meio rural começa a dar espaço ao urbano.

IV Considerações finais

O presente trabalho buscou entender a permanência do meio rural, sob o urbano. Com o advento da globalização, as áreas rurais têm perdido a sua identidade, como se observa no rio da Prata de Campo Grande, no Rio de Janeiro.

Com a intensificação da urbanização no século XX, o bairro do Rio da Prata de Campo Grande, outrora enormemente rural, ganhou contornos urbanos e muitos dos produtores agrícolas venderam seus espaços para grandes empresários, onde foram construídos prédios, casas e lojas.

Embora grande parte dos pequenos proprietários rurais locais dê prosseguimento às suas atividades, devido às tradições familiares, muitos têm diminuído sua produção por conta da pressão urbana no entorno e a falta de mão-de-obra especializada que antes era realizada pelos mais jovens da família. Atualmente, as novas gerações buscam estudar e procuram outras carreiras, o que obriga o contrato de pessoas de fora. A implantação de relações de trabalho capitalistas, com o trabalho assalariado de pessoas externas ao núcleo familiar, tem encarecido a atividade e tem cessado a prática rural.

No Rio da Prata de Campo Grande, as pressões associadas à pertinência de se respeitar a legislação e a implantação do Parque Estadual da Pedra Branca também é uma realidade que não pode ser ignorada. Outro fator relevante é a falta de recursos municipais para a atividade, uma vez que o poder executivo entende que todo o município é urbano e, portanto, não há necessidade de destinação de apoio financeiro para a prática agrícola.

Destaca-se, no entanto que é fundamental observar como a agricultura nas áreas urbanas e periurbanas têm se mantido. É interessante atentar não somente para as circunstâncias nas quais as pessoas praticam a agricultura, mas, de modo mais importante, para as razões e motivações que as levam a construir estratégias de fortalecimento e reconhecimento que envolvem dimensões sociais, políticas e ambientais.

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP 1997.

CARDOSO, Elisabeth Dezouart et al. *História dos bairros: Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. *Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica*. 2003. Disponível em

<http://www.ftierra.org/ftierra1104/docstrabajo/jmcarneirobr_nr.pdf> Acesso em: 09/04/2014.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera; IRANZO, Pollyana. *Reflexões sobre os conceitos de rural e urbano: Impactos nas políticas públicas brasileiras*. IN: I SEURB-(I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental). Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – Paraná, ano 2011.

FERREIRA, Luiz Felipe. *Acepções recentes do Conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo*. Revista Território. Rio de Janeiro, ano V, n° 9, jul./dez. 2000, p.65-83.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Tese (Doutorado em Geografia).

GOMES, Ivair. BINZSTOK, Jacob. “O Espaço Rural e Relações Rural/Urbanas: algumas aproximações a partir de textos publicados no “Journal of Rural Studies””. In: IV SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. A Questão (da Reforma) Agrária na América Latina – balanços e perspectivas, 29/10 a 02/11/2009, Instituto de Geociências/UFF, Niterói – RJ. Disponível em: <www.uff.br/vsinga/trabalhoscompletos/ivair.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Brasília: IBGE. 2001.

LEITE, Adriana Figueiredo. *O lugar: Duas Acepções Geográficas*. Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ. Rio de Janeiro, v.21, 1998, p.9-20.

MANSUR, André Luís. *O Velho Oeste Carioca*. Rio de Janeiro: IbisLibris Editora. 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O conceito de espaço rural em questão*. Revista Terra Livre. São Paulo, ano 18, n°19, jul./dez. 2002, p.95-112.

PRADO, Bruno Azevedo, MATTOS, Claudemar e FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. “Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida”. In: Revista Agriculturas. v. 9 - n. 2. setembro de 2012. Disponível em <<http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/semear-agroecologia-nas-cidades/agricultores-do-macico-da-pedra-branca>>. Acesso em 28 jul. 2014.

SILVA. Cláudia Maria Arantes. *Relações Sociais de Produção na Agricultura: a inserção da pequena produção familiar de Nova Friburgo – RJ na lógica capitalista de produção*. IN: I Engrup (Encontro de grupos de pesquisa "agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio-espaciais). Universidade Federal de Santa Maria (RS). 2007.

SILVA, José Graziano. *O novo rural brasileiro*. Coleção Pesquisas. 2ªed. Campinas. Unicamp: IE. 1999.

RUCHAUD, Guilherme. “A Reforma Urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro: A relação entre as reformas ocorridas no Rio entre 1903 e 1906 eo processo de crescimento desigual da

cidade.” Publicado em 28 de Setembro de 2011. Disponível em <<http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 29 mai. 2014.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: A perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983, p.134.

VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, vol.56 nº.2. São Paulo, Abril/ junho de 2004.

SILVA, Jorge Paulo Pereira & GAMARSKI, Elen Araújo. “Campo Grande: Algumas considerações sobre o seu desenvolvimento”. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 16. Porto Alegre. 2010.